

DIFERENTES MODOS DE ORGANIZAÇÃO DE ASSENTAMENTOS NO PONTAL DO PARANAPANEMA - BR¹

Rosemeire A. de Almeida²

INTRODUÇÃO

Quando nos propusemos a estudar a organização das unidades familiares camponesas no Pontal do Paranapanema, no extremo sudoeste do estado de São Paulo, possuíamos a hipótese de que estávamos diante da diversidade, mas essa heterogeneidade não significava coisas diferentes, na verdade estávamos diante de um mesmo objeto, ou seja, o trabalho familiar camponês. Portanto, o que tínhamos eram diferentes modos de organização desse objeto.

Assim, ao elegermos o reassentamento Rosana e o assentamento Santa Clara como objetos de análise, partimos de diferentes situações de organização das unidades econômicas camponesas. Esse contexto de diversidade apresentado por cada assentamento, seja no acesso à terra, organização do trabalho, resultados produtivos, relação com o Estado, identidade social, perspectivas de vida, estratégias familiares, está relacionado em última instância com o grau de integração dessas famílias nas relações de mercado, isto é, à sua lógica produtiva. Consideramos que entender esse contexto diferenciado da realidade agrária brasileira, em termos do modo de funcionamento da agricultura familiar e, portanto, as transformações que a unidade de produção familiar camponesa vem sofrendo nessas últimas décadas, é sem dúvida uma forma de também discutir a eficácia da “reforma agrária” brasileira, bem como das diretrizes políticas/econômicas do MST-Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra.

Entendemos que o campesinato possui especificidades gerais, no entanto isso não tem significado homogeneidade (saco de batatas). O campesinato vem persistindo ao longo dos modos de produção, ao mesmo tempo em que se transforma e se vincula gradualmente à economia circundante, não constituindo um modo de produção à parte. A questão fundamental tem sido como sua inserção se dá na sociedade e na história mais geral.

“(...) o termo campesinato não implica a total semelhança dos camponeses em todo o mundo e/ou sua existência fora do contexto de uma sociedade mais ampla não- apenas-camponesa e/ou extra-historicidade. Essas idéias são como espantalhos coisas que as crianças se encantam em derrubar. Os camponeses diferem necessariamente de uma sociedade para outra e, também, dentro de uma mesma sociedade; trata-se do problema de suas características gerais e específicas.”(Shanin,1980:75).

As unidades familiares camponesas, que, nesse caso específico, são oficialmente classificadas de reassentamento e assentamento, foram analisadas enquanto *processo* que, inserido no tempo e no espaço, está em *movimento*. E, aí, reside o cerne da problematização, pois, com esse pressuposto, podemos afirmar que as mudanças, que assolaram o campo brasileiro a partir da década de 60, de que resultou o êxodo rural de 30 milhões de brasileiros, inaugurando a aliança terra/capital, também geraram um camponês “novo”. Um homem que, expulso da terra, vai para as cidades e agora à terra quer retornar, um homem cada vez mais distante do camponês “tradicional” formado a partir de 1850, com o advento da terra mercadoria. Lembrando que esse marco histórico da elaboração da Lei Imperial nº 501, conhecida por Lei das Terras, foi outrora responsável pela primeira mudança significativa do conteúdo do campesinato brasileiro, pois foi, nesse momento que a terra se tornou mercadoria e o campesinato explicitou suas diferenças de classe.

“(...) Agora, o espaço do camponês passa a ser um e o espaço do fazendeiro passa a ser outro. Em segundo lugar, porque as modificações no regime fundiário abrem caminho para um novo campesinato, que cada vez terá menos que ver com o velho campesinato de posseiros e agregados. Trata-se de um campesinato de pequenos proprietários, um campesinato moderno cada vez mais dependente do mercado, um campesinato de homens livres, compradores de terra, cuja existência é mediatizada por uma terra já convertida em mercadoria. É o campesinato que marca fortemente a paisagem do sul e do sudeste e que no futuro também terá seus problemas”.(Martins,1981:43)

Diante dos impactos econômicos, políticos e sociais que essa classe sofreu nas últimas décadas desse século, a partir da própria expansão do capitalismo no campo com base no capital agroindustrial e na especulação, e que resultou num violento processo de expulsão, vamos ter, no retorno a sua condição camponesa, um conteúdo novo/específico marcado basicamente pela trajetória *campo/cidade/campo*, implicando numa essência social diferente.

¹ O presente trabalho faz parte da dissertação de Mestrado “Diferentes modos de organização de explorações familiares no Pontal do Paranapanema: reassentamento Rosana e assentamento Santa Clara”, 1996.

² Professora assistente do curso de Geografia - CEUL/DCH/UFMS. EMAIL rosetar@terra.com.br

Dessa forma, o que encontramos no campo do Pontal do Paranapanema foram dois campesinatos, o que determina diferentes modos de organização. No reassentamento Rosana, temos o que vamos chamar de campesinato “tradicional”, podemos dizer “arcaico”, e, no assentamento Santa Clara, um campesinato “novo”, forjado nas transformações desta sociedade em movimento, diria, um homem em *transição*. O mais importante, acredito, é que essas questões não são apenas uma tentativa de ensaio teórico, mas são decisivas para se pensar em pesquisa e intervenção política, porque muitos dos enganos cometidos pelo Estado e pelo MST, nesses assentamentos citados, advêm do desconhecimento desta realidade mutante, pois entender o que são os camponeses ajuda a compreender a própria sociedade em que estão inseridos. Basta destacarmos que as famílias do Projeto Rosana eram parceiros oriundos da barranca do rio Paranapanema, onde praticavam, na sua maioria, agricultura de subsistência.

“Moça a gente que vive da terra só de olhar a vegetação sabe se ela é boa, e aqui era cheio de cipó, taquara, guaraguatá e muita formiga. Mas eles disseram que ia irrigar dois há no rio, prá mim tava de bom tamanho se eles tivessem cumprido a promessa”.(Abilio Ferreira, 1994, reassentamento Rosana)

Portanto, querer transformá-los ignorando a estrutura social que os condiciona é onde reside o maior engano, pois a mudança meramente econômica, sem um acompanhamento cultural, faz com que, em face dos novos elementos introduzidos, o resultado seja apenas uma forma diferente de comportar-se que na essência guarda relações íntimas com a anterior, onde não são raras as leituras mágicas aplicadas aos objetos, procedimentos etc, próprios da cultura introduzida.

“Essa terra é amaldiçoada, o pessoal conta que o fazendeiro passou de avião e jogou veneno, é porisso que nós não consegue te colheita boa. Essa terra não tem solução.”(José Lopes, 1994, reassentamento Rosana)

Reassentamento Rosana: a lógica da produção camponesa tradicional

Baseados nos dados coletados na pesquisa de campo, podemos afirmar que a população ribeirinha reassentada no projeto Rosana apresenta uma trajetória histórica tipicamente camponesa, pois eram trabalhadores socializados em relações não especificamente capitalistas. Para isso estamos considerando, principalmente, o grau de integração dessas famílias na economia de mercado, ou seja, sua maior ou menor capacidade de produzir valores de uso; a importância do grupo doméstico; a autonomia relativa em relação à sociedade como um todo; o balanço entre trabalho/consumo, e a dependência de personalidades de prestígio. (Lamarche, 1993)

Assim, os dados demonstram que essas explorações familiares estavam no seu limite geográfico de existência após terem percorrido todo um processo de expulsão/reconstrução do local de morada. Torna-se evidente que esses agricultores familiares, em sua maioria, tinham a finalidade essencial de reprodução familiar (subsistência). O varjão, onde tudo dava, era onde plantavam seus alimentos. O excedente era comercializado e nos períodos de entressafra vendiam sua mão-de-obra, quando necessário. O local de sociabilidade dessas famílias eram as relações familiares, o grupo de vizinhança. Para a grande maioria delas a cidade era o externo, o ponto de referência dos negócios, da igreja, da escola. Entretanto, apesar de considerarem essas condições de vida vantagens da cidade em relação ao campo, elas valorizavam o rural como seu território.

Considerando as informações coletadas, as explorações familiares que viviam às margens do rio Paranapanema, não eram proprietárias, apenas cultivavam uma área que se dividia em sequeiro e varjão e que não ultrapassava 10 ha. O tempo de permanência no local variava de 5 a 20 anos. A relação de trabalho dessas famílias era a parceria, pois pagavam ao fazendeiro uma porcentagem daquilo que colhiam, sendo os principais produtos: verduras, maxixe, abóbora, batata-doce, quiabo, inhame, feijão, arroz, milho e algodão, este último apenas uma porcentagem mínima cultivava. Em termos de produção animal, aparecem suínos, caprinos e galináceos.

Outro fato bastante interessante refere-se à tradição rural destas famílias; houve unanimidade por parte dos chefes de família em afirmar em suas trajetórias de vida a exclusividade do trabalho familiar agrícola como fonte principal de sobrevivência, inexistindo período de êxodo rural.

Todavia, a possível destruição desse mundo, foi encarada como um destino imutável, fruto da ausência de qualquer embrião organizador e da certeza de se estar em terra de outrem. A possibilidade de ser proprietário em terra distante ia de encontro ao sonho da acumulação fundiária fundamental para a reprodução das famílias, levando-se em conta o número representativo de filhos, bem como sendo uma doação irrecusável.

A transferência das famílias foi feita em duas fases: a primeira fase em 1983, quando ocorreu a enchente do rio Paranapanema; 54,9% das famílias entrevistadas são desse período. Elas contam que foram transferidas para o canteiro de obras da CESP, onde se encontravam outras famílias acampadas, oriundas de conflitos de terras na região (ocupação das fazendas Rosanela e Tucano). Posteriormente, foram, juntamente com as referidas famílias, assentados numa área desapropriada pelo governo estadual, em julho de 1984, e que deu origem ao assentamento Gleba XV de novembro. A segunda fase ocorreu em 1986 quando o restante das famílias ribeirinhas também foram atingidas pela subida do nível das águas. O local de transferência das famílias já estava acertado, era uma área de 2.686 ha arrecadada pelo governo estadual através de um "acordo" com o fazendeiro proprietário da Empresa Vicar S/A Comercial e Agropastoril. Para essa área também foram transferidas as famílias ribeirinhas que se encontravam na Gleba XV de Novembro, totalizando inicialmente 133 famílias que passaram a constituir o reassentamento populacional rural Rosana.

Gostaríamos de chamar particular atenção para o grupo que foi provisoriamente reassentado na gleba XV de Novembro. Segundo declarações, não houve resistência à época de serem remanejados para o projeto Rosana, apesar de estarem com roça formada e algumas benfeitorias. A situação é mais surpreendente pelo fato deles admitirem o prazer que tinham em morar na gleba XV de Novembro. Acreditamos que a possível explicação para essa resignação em partir, deve-se à não identificação com a história daquelas famílias formadas por desempregados da CESP e da Destilaria de Álcool Alcídia que, a partir de 1983, comandaram ocupações de terras nas áreas devolutas do Pontal e que formavam a base do assentamento XV de Novembro. Nesse caso, fica evidente a importância do simbólico. A terra da gleba XV de Novembro não era para eles a terra prometida, a futura terra de trabalho; continuava a ser a terra de outrem.

Concluimos também que a fragmentação territorial acabou por inibir drasticamente qualquer tentativa de organização. Ausentes de qualquer participação no futuro de suas vidas, tiveram apenas a opção de esperar. Essa afirmação encontrará subsídios na própria elaboração e implantação do projeto Rosana que foi pura e exclusivamente responsabilidade da CESP. As questões referente às negociações entre Estado e Empresa Vicar e que resultou na aquisição da área do projeto, também são desconhecidas para essa população.

O sistema de agrovila, que dá características urbanas ao projeto rural, foi idealizado sem prévia consulta aos futuros moradores, pois visava principalmente viabilizar economicamente o oferecimento de serviços como água, luz, telefone, esgoto, educação, saúde, etc. Indiferentes a essas "facilidades" e ao terreno de 1000 m², 41,9% dos reassentados entrevistados mudaram-se definitivamente para o lote. A aparente organização que visava, a partir do núcleo central, facilitar o acesso aos bens comuns, acabou gerando uma profunda desorganização no interior das famílias. Pessoas acostumadas a não ter vizinhos próximos passaram de um momento para outro, a conviver diuturnamente com um grupo de pessoas, estando ligadas unicamente pelas contingências. Do mesmo modo, o ir à missa, o fazer compras, o estudar, o ir na comadre, que representava um desafogo no seu antigo ambiente rural, foram suprimidos. Em seu lugar foi criado um espaço social de convivência artificial, onde a proximidade territorial passou a ser imposição, gerando ao invés da identidade, a oposição. Fruto dessa situação, são os constantes conflitos que acabaram exigindo a construção de uma delegacia no centro da agrovila. Outro fato elucidativo do problema aparece na fala do assistente social que trabalhou no projeto. Segundo ele, "os casos de distúrbios mentais eram uma constante a ponto de ter, na época, chamado atenção no ambulatório de Presidente Prudente". Outro fato decisivo para o abandono da agrovila foi sem dúvida a necessidade de percorrer diariamente, na maioria das vezes a pé, considerável distância que separava a casa do trabalho, sendo que, principalmente no caso da sericicultura, a permanência do reassentado próximo ao local de trabalho é fundamental.

Ainda dentro desse quadro de transferências, que no caso dos reassentados tornou-se uma constante, acrescentamos a última e parece definitiva remodelação do projeto, ocorrida no final de 1993. Ela visou à realocação de 39 famílias para o projeto de reassentamento Laranjeiras. Os pontos principais do plano de realocação apresentado pelos técnicos da CESP foram: permitir o deslocamento dos lotes agrícolas para as manchas de terras mais férteis e, conseqüentemente, dedicar as áreas mais críticas para a pecuária, aumentando a área desses últimos; e extinguir o sistema de lotes separados que vigorava anteriormente, onde cada família tinha direito a um lote de sequeiro e outro irrigado (irrigação que nunca ocorreu).

As famílias escolhidas para deixarem o projeto, segundo os técnicos, foram aquelas consideradas como as que mais sofriam os efeitos do baixo teor de PH do solo. No entanto, salientamos que essa remodelação vem atender também aos interesses imediatos de emancipação do projeto, pois o sistema de lotes separados criava empecilhos jurídicos para a titulação, tornando impossível que uma pessoa tivesse documentos pertencentes a duas áreas.

Retornando à discussão que envolve as expectativas em torno do reassentamento Rosana provenientes, principalmente, do discurso dos funcionários da CESP que atuam diretamente no projeto, percebemos claramente o enquadramento dos reassentados. Temos de um lado, o reassentado forte, bem sucedido, que conseguiu sobressair no projeto porque soube aproveitar as facilidades oferecidas pela CESP; de outro, o reassentado acomodado, preguiçoso, que prefere não produzir, abandonando seu lote na quiçaga. Ao identificarmos esses posicionamentos, nossa decisão foi a de nos aprofundarmos nos fatos visíveis, e assim tentar desmistificar essas afirmações através do desvendamento do cotidiano histórico dessas famílias e de sua lógica produtiva.

Partimos da idéia de que a lógica da exploração familiar é a lógica do trabalho, e o limite é a satisfação das necessidades básicas da família. Essa premissa fica melhor compreendida quando analisamos que a maioria das famílias previram as dificuldades do projeto quando lá chegaram, muitos afirmaram que conheciam as terras da fazenda Rosanela.

“Eu percebi que a terra era ruim, mas eles falaram que a terra era boa e que a gente ia ter dois ha de terra irrigada, só que não avisaram que era irrigada pela chuva”. (Manuel Francisco, 1994, reassentamento Rosana)

Portanto, o grande consolo da maioria foi a promessa de dois ha de terras irrigadas para que pudessem sobreviver dando continuidade ao estilo de vida do varjão. A “fome” de terra com título é facilmente entendida não como um desejo capitalista de acumular terra para especulação ou venda e sim, como a certeza do fim da expulsão que eles conhecem tão bem. Como nunca foram proprietários, acreditam que sua história de migração é fruto meramente da ausência de título da terra, e não conseguem compreender que o processo de exploração é mais complexo.

“Precisamos do título da terra para nossa segurança e dos nossos filhos”. (Tetão, 1994, reassentamento Rosana)

Todavia, as tentativas de plantar e conseguir bons resultados foram uma constante durante um longo período na vida dessas famílias. Motivadas pelas medidas de correção de solo adotadas pela CESP, que contou com a aplicação de calcário e fosfato, a partir das análises de solo feitas pela Escola Superior de Agronomia de Paraguaçu Paulista e pela Escola Superior de Agronomia Luís de Queirós, em Piracicaba, bem como por financiamentos obtidos, investiram grande parte de seu trabalho e esperança neste chão.

“No começo meti a cara e fui plantando, tudo mundo sabe disso, depois foi só prejuízo, prá pagar o financiamento do Banespa tive que vender tudo o que levei a vida prá juntar, mais paguei. Nessa terra só perdi. Até meu filho perdi. Agora dá licença que eu vou pró bar rezar”. (Ailton Nunes, 1994, reassentamento Rosana)

Na safra 93/94, 54,8% das famílias entrevistadas disseram não terem comercializado nenhum produto agropecuário. Toda essa situação parece também fugir à compreensão dos reassentados, ou, na melhor das hipóteses, ser compreendida de forma mística.

“Antes ninguém tinha terra, era tudo arrendamento, hoje nos deram terra e comida de graça e vivemos pior, parece maldição, hoje penso que é melhor acabar com a cesta básica e nos dar o título”. (João Vicente, 1994, reassentamento Rosana)

Com os sucessivos fracassos de colheita, a agricultura logo transformou-se numa atividade com pouca probabilidade de retorno garantido; a saída encontrada foi estimular outras atividades como a pecuária, a sericicultura, a avicultura, a piscicultura e a estufa.

No caso da avicultura, o que temos é uma pequena granja instalada e que conta com uma chocadeira elétrica (ainda fase de instalação); a piscicultura tem seis sócios e possui um viveiro que ocupa 3.000 m²; e a estufa visando ao cultivo de hortaliças com as quais se pretende abastecer a escola do reassentamento e o refeitório da CESP. Segundo informações obtidas em entrevista com o ex-assistente social que atuou junto aos reassentados de Rosana nos anos de 1990 e 1991, estes projetos foram viabilizados em função da obtenção de verbas da L.B.A. (Legião Brasileira de Assistência). As verbas visavam atender um número bem maior de famílias, no entanto, na fase de implantação dos projetos, os profissionais diretamente envolvidos não se encontravam mais no reassentamento. Consequentemente, o trabalho de sociabilidade que vinha sendo desenvolvido por parte do assistente social e da nutricionista, acabou sendo abandonado. Em vista disso, os projetos de avicultura e piscicultura que envolviam o trabalho coletivo, a capacidade de negociação, foram os mais prejudicados. Os constantes desentendimentos, a inexistência de um espaço permanente de diálogo e, principalmente, a ausência do mediador tão importante naquela experiência nova de trabalho, levaram à redução e ao abandono dos projetos pela maioria das famílias inicialmente envolvidas.

A atividade de pecuária é praticada principalmente pelos chamados reassentados fortes, que justificam sua situação de maior capitalização como sendo reflexo da diversificação de suas atividades, condenando os colegas reassentados que insistem em continuar com as mesmas culturas do varjão.

“Depois do fracasso da primeira safra, tratei de plantar grama para vender sementes, é a única coisa que a terra não rejeitava. Depois fui arrendando lote aqui dentro, meus filhos investiram em bicho-da-seda, granja, e fomos comprando gado. Comprei uma caminhonete para fazer o transporte da produção leiteira do reassentamento e de alguns vizinhos, para o laticínio. Minha mulher dá aulas a 6 anos de corte-costura no reassentamento contratada pela prefeitura. E vamos levando a vida, eu não posso reclamar”. (Felipe Lucanchuc, 1994, reassentamento Rosana)

Os considerados reassentados fortes, na verdade, conseguiram uma situação um tanto favorável em relação ao restante porque estavam mais integrados à economia de mercado e à primeira visualização de prejuízo, trataram de mudar o rumo de seus investimentos e acima de tudo, souberam aproveitar-se do momento. Hoje, eles são os arrendatários e os atravessadores do próprio reassentamento. A atividade de arrendamento para pessoas de dentro do projeto é fato comum e a CESP tem conhecimento disso. No entanto, ultimamente vem ocorrendo, sem a permissão da companhia, o arrendamento para pessoas de fora através de “testas de ferro”. A insuficiência de maquinário da CESP e a inexistência de maquinário por parte dos reassentados (apenas 3,2% dizem possuir trator e 29,0% alugar) são os principais motivos para provocar o arrendamento. Assim, a maioria dos reassentados recebem como pagamento a terra preparada na safra seguinte.

Apesar do entusiasmo com a pecuária, a produção leiteira é baixa ficando em torno da média 1,65 vaca/dia, isso considerando um período de pasto bom.

Em relação à sericicultura a questão é mais complexa, pois envolve um novo personagem na relação CESP e reassentados: a empresa de fiação de seda BRATAC. Nos últimos dois anos, a CESP passou a estimular a exploração da sericicultura, encarando-a como alternativa econômica capaz de gerar dividendos para a reprodução familiar dos reassentados.

Ao analisarmos esse complexo relacionamento dos reassentados com a empresa BRATAC, estamos nos atendo aos depoimentos da empresa e dos reassentados-sericultores. Assim, objetivamos delinear o futuro dessa relação a partir de dois pontos conflitantes: de um lado, os interesses da empresa em manter a qualidade e o lucro dos negócios. De outro, os reassentados metamorfoseados em sericultores, descontentes com a remuneração recebida, prejudicados pela baixa qualidade do solo, pelo ataque constante da chamada “praga do cerrado”- *migdolus fonsecai*, que a cada dia compromete a qualidade e a quantidade de seus casulos, divididos, enfim, entre a ilusão do dinheiro “fixo” no final do mês e a percepção da exploração.

“Lá na barranca do rio 1 alqueire dava 500 arrobas de algodão, aqui o alqueire dá no máximo 200 arrobas. O jeito é o bicho-da-seda, ele é nossa salvação, eu não gosto muito, mas é melhor pingá que secá”. (Calvito Silva, 1994, reassentamento Rosana)

Na última visita feita ao reassentamento, o descontentamento com o bicho-da-seda parecia geral. Vítimas de uma chuva violenta no período da subida dos bichos, os reassentados perderam grande parte da produção, seus barracões ficaram descobertos com o vento e a água da chuva inundou as camas. Todavia, a empresa não assumiu os prejuízos, os reassentados perderam trabalho, não receberam e ficaram em débito com a empresa por causa da larva entregue. Essa situação levou muitos agricultores a se desencantarem profundamente com a atividade, reforçando ainda mais o estranhamento que o antigo ribeirinho tem com a sericicultura. Por parte da empresa também há descontentamento, pois alega que suas experiências com assentamentos têm sido frustrantes em virtude da maioria dos assentados ser descapitalizada. Assim, não podendo seguir corretamente as instruções referentes à manutenção dos barracões e das amoreiras, a qualidade dos casulos acaba sendo comprometida. Com isso o futuro dessa atividade parece ameaçado, principalmente se compararmos a produção de casulos verdes da Bratac na safra 93/94 com a produção do reassentamento Rosana. Veremos que em relação a São Paulo, a participação foi de 0,85%, já no âmbito nacional foi de 0,26%, sendo que o maior agravante não é a insignificante quantidade de casulos e sim a qualidade, ou seja, a produção de casulos de primeira é muito baixa.

Para os reassentados essa situação toma contornos sérios em função do comprometimento de grandes extensões de terras com o plantio das amoreiras. Segundo os técnicos da empresa BRATAC, a média do reassentamento é de 3 caixas de larvas por mês, portanto, quatro ha de amoras seriam o suficiente, observando-se o rodízio, a adubação e a calagem. No entanto, a opção no reassentamento foi por uma área maior de amoreiras para suprir a ausência de cuidados e o solo fraco.

Numa relação de 50 sericultores, a média de área plantada com amoras no Projeto de reassentamento Rosana é de 6 ha e dos 657,62 ha destinados para a lavoura, 45,6% estão cobertos por amoreiras.

É dentro desse contexto, apresentado e analisado, que compreenderemos as reações dos reassentados em relação ao futuro de sua família no projeto, bem como o estereótipo criado em torno deles. Suas dificuldades de adaptação e os problemas de emancipação vividos pelo reassentamento têm ligação direta com dois fatos decisivos: primeiro, seu passado de exploração familiar camponesa que possuía uma organização interna bastante peculiar, alicerçada no equilíbrio trabalho/consumo, dentro de um grau menor de inserção no mercado, uma organização que não foi respeitada; segundo, a condição das terras onde foram instalados o que acabou gerando medidas paliativas compensatórias que fomentaram acomodação e individualismo.

Estranhos a essas determinantes, os reassentados sentem-se “abandonados” pela sorte. Privados da possibilidade de dar continuidade à vida de outrora, amargam a ilusão de partir, numa cruel ciranda de expulsão que foge ao seu entendimento.

Assentamento Santa Clara: a heterogeneidade do campesinato

A segunda situação, representada pelo assentamento Santa Clara, é com certeza o caso mais desafiante. Ela é fruto de um amplo e novo processo de luta pela terra no Pontal do Paranapanema, desencadeada a partir dos anos 90, sob a égide do M.S.T-Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. São homens oriundos do campo que, expulsos dele, vão para as cidades e experimentam novas relações de trabalho. Portanto, agora que retornam a condição camponesa (retornam coletivamente através do movimento social), são conhecedores dos mecanismos de exploração/inserção e parecem não aceitar facilmente a idéia de “trabalhar no prejuízo”. Embora, na maioria das vezes, a resistência à exploração esteja repleta de ambigüidades, ora expressando-se no abandono do lote, ora na tentativa de experimentar novas formas de trabalho como a organização coletiva da produção.

Essas ambigüidades resultantes da trajetória *campo/cidade/campo*, onde os conhecimentos adquiridos no campo como trabalhador familiar mesclam-se às experiências urbanas de assalariamento, produzem um cidadão em *transição*. Todavia, apesar destes homens trazerem um conteúdo novo e que dá outro significado a classe camponesa, o maior equívoco do M.S.T. é acreditar que eles estão preparados para integrar formas superiores de produção.

O M.S.T. defende a organização dos agricultores familiares através da cooperação agrícola rumo à instalação e ao controle de agroindústrias, pois acredita que no futuro, com o amplo desenvolvimento do capitalismo na agricultura, só vai continuar no campo quem estiver integrado à agroindústria. O projeto da cooperação agrícola é entendido pelo Movimento como uma forma superior de capitalismo, mas que implantada nas explorações familiares e por elas controlado, poderá servir de suporte para a transformação da sociedade. Assim, o cooperativismo agrícola...

“(...) quando organizado entre pequenos agricultores, pequenos proprietários ou assentados, pode ser um fator, não só de desenvolvimento econômico e social da comunidade, mas para enfrentar e diminuir os níveis de exploração que o pequeno agricultor sofre no modo de produção capitalista, e assentar as

condições para o desenvolvimento de formas superiores de produção socialista, que advirão no modo de produção socialista, quando a classe trabalhadora tiver sob seu controle o Estado e as leis do país". (Görgen e Stédille, 1991: 147)

Na assentamento Santa Clara a idéia da cooperação agrícola na organização coletiva da produção e comercialização começou a ser gestada na fase do acampamento 1º de Setembro, que na época contava com 50 famílias. Já na fase de constituição do assentamento Santa Clara, esse grupo estava restrito a 24 famílias. Durante o processo de pesquisa e logo após a safra 93/94, o mesmo grupo sofreu sete desistências. Em novembro de 1995, saíram mais oito pessoas. Hoje restam nove associados, sendo que destes, dois já expressaram o desejo de trabalhar individualmente.

"A impressão que tenho é que no grupo coletivo mesmo vai ficar só os militantes, e que o uso coletivo do patrimônio da associação ainda vai dar muita briga". (Aparecido, 1995, assentamento Santa Clara)

Essa situação é ainda mais contraditória quando admitimos as conquistas do grupo coletivo em relação aos outros grupos nestes três anos de funcionamento. É, pois, estudando o cotidiano desses trabalhadores que seremos capazes de compreender quais foram os entraves que impediram a consolidação e o fortalecimento dessa forma de cooperação agrícola, concebida para ser o ponto de referência para todo o assentamento.

As 24 famílias que formaram o grupo coletivo, assim como o restante das famílias do assentamento, estavam integradas às relações de mercado. O presente e o passado dessas famílias combinavam estratégias de sobrevivência que iam desde a propriedade familiar até o trabalho assalariado urbano. Todavia, em relação ao conjunto, essas famílias apresentavam condições sócio-econômicas superiores. Seus rendimentos à época do acampamento ficavam entre um e três salários, portanto, é sintomático o fato de apenas 41,6% das famílias participarem da fase de acampamento. Conscientes dos obstáculos que envolvem a acumulação capitalista na agricultura, essas famílias eram portadoras de um discurso homogêneo. Todas desejavam a cooperação agrícola como passaporte para a acumulação rápida, principalmente através do apoio oferecido pelo Estado ou por órgãos não governamentais. Contudo, o que se escondia atrás desse discurso era um grupo heterogêneo no que se referia às formas de entendimento do que seria a organização coletiva do trabalho. Para a militância, fonte do projeto coletivista, a cooperação agrícola representava a concretização da ideologia socialista. A partir dessa premissa, suprimiram-se as diferenças individuais e passou-se a trabalhar uma argumentação fundamentada em dois pontos básicos. O primeiro estava centrado nas vantagens da cooperação agrícola como única via para se atingir resultados econômicos satisfatórios; o segundo enfatizava o espírito solidário, a camaradagem, que cercava o projeto coletivo de trabalho. Consequentemente, o público alvo foram justamente as famílias mais integradas à economia de mercado, sedentas de experimentar formas que melhor proporcionassem a elas possibilidades de enriquecimento pessoal, e as famílias menos favorecidas, com problemas de mão-de-obra e imbuídas de um discurso comunitário.

Essa mistura de interesses incongruentes produziu relações bastante explosivas.

"O trabalho coletivo é a única saída para o campo, pois a divisão de trabalho permite uma economia de tempo e uma maior especialização, processo muito parecido com o que acontece na indústria, com a vantagem de permitir o fortalecimento do pequeno produtor, pois une as forças". (Venzel-militante, 1993, assentamento Santa Clara)

"Eu resolvi aceitar o convite para participar do coletivo porque entendi que seria a melhor maneira para ganhar dinheiro, pois a gente ia sair daquela agricultura simples e montar um tipo de empresa no campo". (Aparecido, 1994, assentamento Santa Clara)

"Fui convidado e gostei, pois a gente não tem condição de tocar o lote sozinho, no coletivo um ajuda o outro e vai levando". (Nestor, 1994, assentamento Santa Clara)

Os desdobramentos dessas concepções vão ser claramente explicitadas no dia-a-dia da associação. Comandados pelo ideal de atingir um desenvolvimento econômico e social que servisse de modelo para o restante do assentamento, as famílias do coletivo, com a simpatia dos técnicos do Estado, iniciaram três projetos: Estufa, Pecuária e Agricultura. A implantação desses projetos contou com a liberação de financiamentos:

O projeto de Estufa foi iniciado em 1993 e ficou sob a responsabilidade exclusiva de um assentado. Foram construídas duas estufas para o plantio de pepinos; cada estufa comportava 6 bandejas, contendo 128 sementes cada. A primeira produção foi de 100 caixas de 20 quilos; a segunda produção foi de 210 caixas vendidas diretamente para a CEASA de Presidente Prudente. Apesar do crescente entusiasmo com o projeto despertou dentro e fora do assentamento, ele teve vida curta. Os problemas começaram com o roubo do motor de puxar água do poço para as mangueiras, fato que ocasionou a demora no plantio e a frustração da safra. Os problemas aumentaram com a morte, em nov/94, do responsável pelo projeto de estufa. Como o projeto ficou durante muito tempo nas mãos de uma única pessoa, não havia na associação ninguém que tivesse conhecimento e vontade de dar continuidade ao trabalho. Por isso a idéia da estufa de pepinos morreu com seu criador.

Em relação à pecuária e à agricultura, apesar dos avanços obtidos, as intrigas e o clima de descontentamento geral não foi diferente. O setor de pecuária representava a materialização das idéias de se atingir níveis elevados de produção dentro de padrões considerados modernos. Consequentemente, o comando desse setor ficou por conta de quem melhor entendia e defendia tais idéias. A experiência e o empenho pessoal do assentado responsável foi essencial para o sucesso imediato do setor, que alcançava níveis satisfatórios de produção leiteira garantindo assim, com certa tranqüilidade, iniciar o pagamento do financiamento.

No entanto, enquanto o coordenador traçava os planos futuros do setor, que incluíam a compra de ordenhadeira mecânica e a produção de derivados do leite como doces, queijos, mussarela, iogurtes através do plantio de morangos no projeto de estufa, o desinteresse parecia reinar entre a maioria do coletivo. Ficava evidente que não havia comunhão de ideais e somente o "pai" do projeto era capaz de entender os percalços que este enfrentava. O que se observou era que havia centralização de conhecimento de um lado e acomodação de outro. O projeto pecuário só começou a mostrar sinais de esgotamento quando os esperados retornos econômicos imediatos não apareceram, dando início a uma verdadeira caça às bruxas, onde todos queriam encontrar os culpados. Na verdade, desenvolveu-se um clima de estranhamento, desconfiança, abrindo espaço para um processo de invalidação circular, próprio das velhas práticas de dominação que eles conheciam tão bem, pois estavam socializados nessas relações (D'Incao e Roy ,1995), expressadas ora no domínio do patrão, aquele que manda, controla, ora na do dominado que, incapaz de se livrar do jugo, faz da acomodação uma resistência.

A relação de dominação estava presente na fala dos que se consideravam responsáveis diretos pelo andamento dos projetos. Com um padrão de conhecimentos superior ao dos demais, eram ponto de referência e sentiram-se à vontade para julgar o restante. Foram incapazes de perceber que fizeram do projeto coletivo um sonho individual e que por trás da entrega, do trabalho, da doação, escondia-se o desejo de controlar, a incapacidade de valorização do outro. O segundo grupo, espremido entre os que comandavam e a militância, não se identificava com a dinâmica empresarial adotada, pois seu projeto era outro. Aproximava-se mais do projeto de agricultura camponesa tradicional dentro da terra conquistada e por isso negava-se a desempenhar o papel esperado, ou seja, esses assentados não trabalhavam coletivamente ou se trabalhavam recusavam-se a receber orientação, a obedecer horários, insistiam em manter a autonomia. Ressentidos, agiam sorrateiramente; durante as reuniões concordavam com todos os encaminhamentos, mas na prática decidiam não colaborar, minando o grupo coletivo. O terceiro grupo, formado pela militância, que, sem dúvida, teve papel fundamental na formação do grupo coletivo, era agora um peso morto. Divididos entre o trabalho e a militância, entre as constantes ausências que isso lhes impunha e a necessidade de reprodução enquanto assentados, refugiavam-se na figura de lideranças. No entanto, não estavam capacitados para desempenhar o papel de mediadores. A legitimidade que possuíam e que outrora fora essencial para a configuração do grupo, esfacelara-se diante da inexperiência na questão do controle financeiro e na pouca participação no trabalho do dia-a-dia. Dessa maneira, ao não corresponder às expectativas, as lideranças acabaram por romper o recente elo de identidade construída na luta pela terra, fazendo emergir as diferenças de ideais que foram camuflados no projeto de produção coletiva acenado por essas mesmas militâncias. Assim, concordamos com D'Incao e Roy quando eles dizem que

“O argumento habitualmente utilizado, de que esses trabalhadores já haviam vivido uma experiência de organização e de negociação coletiva, por ocasião da conquista da terra, e que, conseqüentemente, o problema agora era só o de manter viva essa chama, induzindo-os através da organização coletiva da produção, a situações que os “conscientizassem” de seus supostos interesses comuns, não nos convencia. (...) o desejo de autonomia na terra conquistada se encarregaria de fazer emergir as muitas diferenças existentes entre essas famílias singulares. (...) Em segundo lugar, esse argumento era evidentemente autoritário, à medida que acreditava poder induzir esses homens a caminhos diferentes daqueles a que eles aspiravam”. (D’Incao e Roy, 1995: 30-1)

A desconfiança e as intrigas alimentadas pela incapacidade de controle das entradas e saídas de dinheiro, necessárias principalmente pela falta de capital inicial, passaram a ser uma constante no final de cada safra. A descapitalização de grande parte das famílias do grupo levou também à procura de trabalho fora do assentamento, prejudicando os planos de produção, sobrecarregando de trabalho outros que, apesar de obterem acúmulo de horas trabalhadas, também estavam descontentes ao final da safra. Esse descontentamento ocorria em função dos parcos retornos, impossibilitando o recebimento dos valores merecidos.

Os desencontros tomaram contornos insustentáveis quando, devido à má administração, a crise econômica atingiu também o setor de pecuária através do repasse de verba dos ganhos deste setor para o de agricultura. Esse repasse não retornou ao setor da pecuária ao final da safra de algodão. Assolada pela dificuldade de alimentação do gado, a pecuária teve que enfrentar a venda de parte dos animais para saldar contas da associação. Desiludidos, sem acompanhamento de pessoal especializado, a solução encontrada pelos associados para esse setor foi a transferência do gado restante para as áreas conquistadas na fazenda São Bento, dando início a uma atividade de pecuária extensiva. A auto-sustentação conquistada tão bravamente desde os períodos de acampamento, foi sendo substituída pelos programas assistencialistas da prefeitura que passou a ser a responsável pelo leite consumido na associação Santa Clara.

No final, unidos pelo simples fato de possuírem um patrimônio em comum, incapazes de entender que a ausência do espaço de diálogo, de respeito às diferenças individuais e acima de tudo o processo de indução ao qual foram submetidos, revivem as velhas práticas de transferir para alguém de fora a solução dos problemas. As referências à liderança como aquela que vai definir o futuro da associação ou até mesmo designar alguém do setor de finanças do M.S.T. para ajudá-los na administração do patrimônio, são uma constante. Nem mesmo a liberação da verba para a construção das casas de alvenaria serviu de atenuante. O sistema de mutirão montado para a construção das casas seguiu o mesmo clima de competição, intrigas, invalidação, trocadas num falso espaço de convivência democrática. Falso porque não permite, não respeita os sonhos, os desejos particulares, pejorativamente entendido como espírito individual que deve ser superado. Refletindo sobre essa situação concordamos com D’Incao e Roy quando dizem:

“(...) Insistimos que uma relação realmente democrática seria aquela onde a expressão do ponto de vista diferente do outro não seria mais considerado como um “pecado contra a causa”, e todos teriam direito igual de se exprimir livremente, num debate regido por uma lei comum”. (D’ Incao e Roy, p. 213)

Ao fazermos esta longa explanação acerca dos problemas que cercam o dia-a-dia dos assentados, estamos longe de querer deixar uma análise centrada no pessimismo ou até mesmo contribuirmos no discurso da contra-reforma agrária. Nosso objetivo é conhecer as causas dos diversos problemas que cercam as experiências de assentamento e reassentamento, problemas que apesar das nuances que apresentam em cada situação analisada, possuem uma mesma raiz. No caso do projeto Rosana, a perda da identidade dos camponeses foi encaminhada justamente de fora para dentro pelos técnicos da CESP, que partiram

“(...) da negação do que eram esses mesmos sujeitos, procurando criar o que entendiam ser as condições favoráveis à conformação dos mesmos ao ideal de homem e ao ideal de sociedade definidos por suas respectivas utopias”. (D’Incao e Roy, 1995:34)

No assentamento Santa Clara, especificamente o grupo individual, a situação de isolamento criada pela ausência de apoio do Estado, gerou os entraves que dificultaram a reprodução das famílias dentro de um quadro satisfatório. E será essa mesma prática de negação do projeto de agricultura familiar e suas especificidades, que também levará à bancarrota a experiência de cooperação agrícola no grupo coletivo, com o agravante de ter partido não somente dos técnicos do Estado, mas também do MST. Por outro lado, estamos conscientes da potencialidade desses homens e mulheres e da possibilidade de alargamento de seus horizontes produtivos, principalmente em função da trajetória urbana dessas famílias, no entanto, sabemos que essa situação só poderá mudar quando existir respeito à bagagem cultural e ao projeto familiar camponês que são a base de identidade desses sujeitos. Como D’Incao e Roy..., cremos

"(...) na importância da cooperação e da organização, mas nós pensamos que a única cooperação que pode dar certo é aquela que se organiza a partir de seus interesses reais (...) A nossa única crença é a de que o melhor projeto pra vocês será aquele que vocês mesmos puderem fazer. Com a ajuda de técnicos e especialistas, sem dúvida, mas para que vocês possam melhor explorar e desenvolver seus próprios desejos e suas próprias aspirações". (D'Incao e Roy, 1995:52)

Acrescentamos que o M.S.T., com a estratégia de ocupar a terra ociosa, tem representado ao longo da história brasileira de luta pelo acesso à terra, o elemento questionador da ordem capitalista. Com certeza, ao cortar e derrubar as cercas do latifúndio ou até mesmo plantar durante o dia e retirar-se ao entardecer, tem impunhado a bandeira do desrespeito à propriedade, um dos pilares do capitalismo. Todavia, passada a fase do acampamento, as lideranças, no caso específico da Santa Clara, embebecidas numa formação socialista, parecem querer esquecer a história de vida dos assentados. Por desconhecimento ou receio de estarem reproduzindo proprietários de terras, negam o trabalho familiar e porque não dizer individual, contido no passado desses homens. O mesmo passado que eles terão que evocar no momento de produzir.

"(...) a exploração familiar é ao mesmo tempo uma memória, uma situação, uma ambição e um desafio". (Lamarche, 1993:22)

O M.S.T. tem defendido o acesso à terra aos excluídos do campo, para em seguida, negar o trabalho familiar, numa defesa ímpar do trabalho coletivo, através de agroindústrias organizadas e controladas por cooperativas de trabalhadores. Ao traçar esse projeto político, o M.S.T. parece não perceber que necessita considerar a heterogeneidade econômica da organização camponesa. Dessa forma, vamos ter sem terra, num mesmo tempo histórico, desejando dar continuidade a seu projeto familiar de busca do equilíbrio trabalho/consumo, outros, negando o desejo único da reprodução de sua condição de camponês e aproximando-se de lógicas produtivas tipicamente capitalistas. Sendo que, mesmo esse último que busca uma maior inserção no mercado, ainda guarda a autonomia do trabalho familiar, garantida pelo domínio do meio de produção terra, como seu maior trunfo. Impor uma ruptura nessa ambigüidade calcada em análises econômicas e induzir experiências de cooperação agrícola na busca de formas superiores de produção é, ao mesmo tempo, um engano teórico e um desrespeito à memória produtiva camponesa, subjetividade que o movimento valoriza no momento da ocupação, seja nos cantos, na bandeira, na fé. Entretanto, acreditamos que o M.S.T. tem exercido papel preponderante nestas últimas décadas, tanto no que se refere ao acesso à terra no Brasil, como no debate que busca ultrapassar a mera constatação da reprodução camponesa e ganha contornos de viabilidade econômica e superação do circuito de miserabilidade. Portanto, a legitimidade desse movimento e o fortalecimento das unidades camponesas com respeito ao seu universo heterogêneo poderá levar a superação do seu estado de isolamento, através da pressão sobre o Estado e as leis o que, por sua vez, permitirá o acesso a uma política agrícola que crie condições de se produzir no campo.

Concluimos que o conteúdo diferenciado e novo do camponês sem terra fica evidenciado não exclusivamente na lógica produtiva (familiar, coletiva, capitalista) que ele adotará a priori, mas, antes, nas estratégias políticas/econômicas que vem experimentando/construindo e que, nesse momento, o fazem um homem em *transição*. Aquele que não é mais o camponês tradicional preso ao circuito de miserabilidade imposto pelo capital rentista, que, eternamente expulso, buscava sua terra de trabalho. No caso dos assentados da Santa Clara, temos camponeses "novos", homens e mulheres que viveram as contradições capitalistas, muitos enfrentaram a luta capital *versus* trabalho nas cidades, no entanto, para surpresa de muitos, quiseram o campo conquistar. Situação que, por sua vez, reforça a sempre atual heterogeneidade do campesinato. Cabe descobrirmos o significado dessas transformações para o futuro do campo brasileiro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Rosemeire Ap.^a Diferentes modos de organização de explorações familiares no Pontal do Paranapanema: reassentamento Rosana e assentamento Santa Clara. Presidente Prudente: UNESP, 1996. Dissertação de Mestrado.
- CHAYANOV, Alexander V. La organización de la unidad económica campesina. Bueno Aires: Nueva Visión, 1974.
- D'INCAO, Maria, ROY, Gérard. Nós, cidadãos: aprendendo e ensinando a democracia. São Paulo: Paz e Terra, 1995.
- GORGER, Frei Sérgio A., STÉDILE, João P. (Org.) Assentamentos: resposta econômica da reforma agrária. Petrópolis: Vozes, 1991.
- LAMARCHE, Hugues (Coord.) A agricultura familiar. Campinas: Editora da Unicamp, 1993.
- MARTINS, José S. Os camponeses e a política no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1981.
- SHANIN, Teodor. A definição de camponês: conceituação e desconceituação-o velho e o novo em uma discussão marxista. Estudos Cebrap, Petrópolis, n. 26, p. 43-79, 1980.